

A AUSÊNCIA COMO RECADO SILENCIOSO

Num presidencialismo de coalizão como o brasileiro, ninguém “falta” de verdade a um ato como a assinatura da lei do Imposto de Renda. Ainda mais quando se trata de uma das principais vitrines sociais de um governo, uma promessa de campanha de Lula finalmente convertida em lei, com potencial de beneficiar cerca de 15 milhões de contribuintes ao elevar a faixa de isenção para R\$ 5.000 e reduzir o imposto para rendas até R\$ 7.350.

Quando, em um cenário assim, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e o presidente da Câmara, Hugo Motta, optam por não ir ao Palácio do Planalto, o gesto deixa de ser agenda e vira mensagem política. A rigor, é um bilhete escrito em letras miúdas para o governo: “precisamos reposicionar a relação entre Executivo e Legislativo”.

A lei mais popular do ano e a disputa pelo protagonismo

O conteúdo da lei sancionada ajuda a entender o tamanho do simbolismo. O Projeto de Lei 1.087/2025, de iniciativa do Executivo, aprovado com celeridade pelas duas Casas, cria um redutor que, na prática, isenta de IR quem ganha até R\$ 5.000 mensais e reduz a tributação para salários entre R\$ 5.000,01 e R\$ 7.350.

A conta não é trivial: a renúncia gira em torno de dezenas de bilhões de reais e é compensada por aumento de carga sobre altas rendas – a partir de R\$ 600 mil anuais, com uma tabela progressiva que alcança 10% para rendas acima de R\$ 1,2 milhão, incluindo dividendos. Isso permite ao governo sustentar o discurso de “justiça tributária” e de inversão, ainda que parcial e tímida, da lógica histórica do sistema, excessivamente pesado sobre o trabalho assalariado e leniente com rendas do capital.

Do ponto de vista de Lula, o ato tem um valor quase programático. A promessa de isentar quem ganha até R\$ 5.000 foi repetida exaustivamente desde a campanha de 2022; ao longo de 2023 e 2024, o governo foi ampliando a faixa de isenção passo a passo até chegar a dois salários mínimos, para só agora, em 2025, completar o percurso até o patamar simbólico dos R\$ 5 mil.

Do ponto de vista do Congresso, porém, essa mesma lei é um troféu que os parlamentares também reivindicam: foi aprovada por unanimidade e com tramitação rápida na Câmara e no Senado, ancorada em relatório de Renan

Calheiros e sustentada como “vitória da boa política” pelo próprio presidente do Senado, quando da aprovação em Plenário.

É exatamente aí que a ausência na cerimônia ganha contornos mais nítidos: Executivo e Legislativo disputam, com delicadeza e cálculo, quem segura o troféu na foto oficial.

Alcolumbre, Motta e o recado silencioso

Na superfície, as justificativas soam burocráticas: Hugo Motta teria uma “agenda intensa”; Davi Alcolumbre estaria em reuniões com senadores. Em Brasília, porém, ninguém leva esse tipo de explicação ao pé da letra quando se trata de um ato central de governo. O Diário de Pernambuco registrou, de maneira bastante direta, que nos bastidores a leitura predominante era a de um gesto de insatisfação com a forma como o governo Lula tem conduzido sua relação com o Congresso.

Não é um episódio isolado. Alcolumbre vinha demonstrando irritação desde a indicação de Jorge Messias para o STF, decisão tomada pelo Planalto sem a deferência política que ele esperava, considerando seu peso na pauta de sabatinas e nomeações. Já Hugo Motta acumula faíscas com o governo em torno de projetos nos quais a Câmara quer deixar claro que não é mera homologadora, mas protagonista – a exemplo do PL Antifacção, em que petistas acusaram o presidente da Casa de tentar “roubar o protagonismo do governo”.

O resultado desse acúmulo é um gesto calculado: não se trata de ruptura espetacular, mas de uma demonstração de autonomia e de força. Em vez de engrossar o palanque de Lula no Planalto, os presidentes das duas Casas preferem emitir notas e manifestações próprias, celebrando a lei e, ao mesmo tempo, sublinhando que ela “nasce do compromisso do Congresso com um país mais justo” e que é fruto da “união dos Poderes em favor do Brasil” — discursos que, na prática, reposicionam o centro simbólico da conquista em direção ao Parlamento.

Ou seja: a lei é boa, a medida é popular, mas o Planalto não será o único protagonista — e talvez nem o principal — dessa narrativa perante a opinião pública.

Um presidencialismo de coalizão em mutação

Para entender por que duas cadeiras vazias pesam tanto, é útil olhar o pano de fundo de 2025. O governo Lula já sofreu, neste ano, uma derrota expressiva no Congresso com a derrubada do decreto que elevava o IOF com o objetivo de reforçar a arrecadação em mais de R\$ 60 bilhões em dois anos. A reação de

parlamentares e do setor produtivo foi tão forte que o Executivo recuou parcialmente e, ainda assim, viu o Congresso enterrar a medida em votação simbólica de afirmação de poder.

Desde então, ficou mais clara a recomposição de forças do presidencialismo de coalizão: se em outros momentos o Congresso foi tratado como “base aliada” em sentido quase automático, hoje ele se enxerga – e se comporta – como um ente com agenda própria, capaz tanto de bloquear iniciativas do Executivo quanto de impor pautas e redirecionar prioridades fiscais. O “centrão ampliado”, agora com Alcolumbre e Motta em posição de comando, sabe que tem instrumentos orçamentários, regimentais e políticos para testar continuamente os limites do governo.

Nessa moldura, a ausência na cerimônia do IR funciona como um lembrete de que a coordenação política não está resolvida. É um “gesto mínimo” com efeitos máximos: nenhum ataque direto, nenhum discurso inflamado, nenhum rompimento. Apenas cadeiras vazias em um evento televisivo de alta visibilidade.

O conteúdo da lei e o jogo eleitoral

A importância da lei vai além da justiça fiscal. Para o governo, ela é peça central da narrativa que pretende levar à eleição de 2026: Lula como presidente que “colocou o pobre no orçamento” e aliviou o peso do IR sobre a classe média assalariada. Como a medida já passa a valer para a declaração do ano seguinte e, via retenção na fonte, impacta o contracheque já em 2026, seu efeito será diretamente sentido no bolso do eleitor em ano de disputa presidencial, de governadores e do próprio Congresso.

Para o Parlamento, a mesma lei é um trunfo que pode ser reivindicado como conquista do “legislativo forte”, que aprovou por unanimidade e em tempo recorde um texto que redistribui a carga para o andar de cima e alivia milhões de contribuintes. O fato de os presidentes da Câmara e do Senado terem preferido celebrar a sanção em notas oficiais e redes sociais, em vez de subir a rampa do Planalto, indica a disputa por quem fará a melhor narrativa do benefício: o Executivo, que o propôs, ou o Legislativo, que o viabilizou politicamente.

A ausência, portanto, também é um recuo tático de imagem. Ao evitar a foto ao lado de Lula, Alcolumbre e Motta preservam espaço para dialogar com setores que hoje olham com desconfiança para o governo – sobretudo a elite econômica ressentida com a nova tributação sobre altas rendas e parte do eleitorado de direita que, embora apoie o alívio do IR, não deseja ser visto como “base do lulismo”.

As fissuras na articulação política

O episódio expõe fissuras na articulação, não apenas desconfianças ideológicas. A indicação de Jorge Messias ao STF sem prévia concertação mais ampla com o Senado, as resistências a certas pautas defendidas pelo Planalto e a memória recente da derrota no tema do IOF compõem um ambiente em que o Legislativo quer, explicitamente, ser tratado não como coadjuvante fiel, mas como sócio com poder de veto.

Entre o Planalto e os presidentes das Casas, por trás de qualquer sorriso protocolar, circulam questões muito concretas:

- **Controle da pauta** – quem define o calendário das reformas, das medidas provisórias convertidas em lei, das votações fiscais?
- **Distribuição de emendas e cargos** – até que ponto o governo está disposto a ceder para garantir maioria estável?
- **Protagonismo simbólico** – quem aparece como “pai” das boas notícias econômicas, como o novo IR?

Quando o governo enfatiza o caráter histórico da medida e a retoma como cumprimento de promessa de campanha, ele está exercendo um direito legítimo de capitalização política. Mas quando o faz sem calibrar o grau de protagonismo que a Câmara e o Senado consideram adequado para si, arrisca acentuar a percepção de que trata o Congresso como extensão do Executivo – algo que os atuais presidentes das Casas parecem dispostos a não tolerar.

Lições de história recente

A política brasileira recente fornece exemplos eloquentes de como gestos simbólicos podem prenunciar crises. A deterioração da relação entre Dilma Rousseff e Eduardo Cunha, por exemplo, começou com pequenos movimentos de distanciamento, recados em entrevistas, derrotas pontuais em votações, até desembocar na paralisia e, por fim, no impeachment. Não se trata de dizer que a ausência de Alcolumbre e Motta numa cerimônia de sanção de lei sobre IR seja o início de algo semelhante; mas é um lembrete de que, em um sistema tão dependente de coalizões fluidas, sinais importam.

Lula não é novato nesse jogo. Em seus mandatos anteriores, soube administrar relações tensas com presidentes de Casas legislativas poderosos, negociando reformas e sabatinas delicadas. A diferença é que o Congresso de 2025 é mais assertivo, mais fragmentado e mais acostumado a governar “por conta própria”, depois de anos em que a agenda passou a ser impulsionada também por interesses

corporativos de bancadas temáticas e por um protagonismo orçamentário sem precedentes.

O que vem depois das cadeiras vazias

O dia seguinte à cerimônia mostrou um esforço dos dois lados para, ao menos no discurso, apagar o ruído. Em notas oficiais e postagens, tanto Alcolumbre quanto Motta celebraram a sanção, falaram em justiça tributária, “vitória histórica” e união dos Poderes. O governo, por sua vez, tratou de enfatizar a parceria com o Congresso, evitando o tom de cobrança.

Mas o fato permanece: na imagem que circulará pelos próximos meses – Lula, ministros e aliados comemorando a nova faixa de isenção do IR – as duas cadeiras mais importantes do Legislativo estarão vazias. E a política brasileira, que é feita de símbolos tanto quanto de números, não ignora esse tipo de detalhe.

Se o Planalto interpretar o gesto apenas como um capricho de agenda, perderá uma oportunidade de reequilibrar sua articulação, abrindo espaço para novos embargos em votações sensíveis. Se enxergar nas ausências um recado de contrariedade e autonomia, terá de decidir se responde com mais diálogo, mais concessões ou mais confrontação.

Em última instância, o episódio da sanção do IR para quem ganha até R\$ 5.000 condensa, em poucos minutos de cerimônia e duas cadeiras vazias, o dilema central da governabilidade em 2025: como conciliar um Executivo que precisa mostrar resultados sociais tangíveis rapidamente com um Legislativo que já não aceita ser figurante – especialmente quando os dividendos eleitorais de cada decisão pesam tanto quanto os seus fundamentos econômicos.